

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

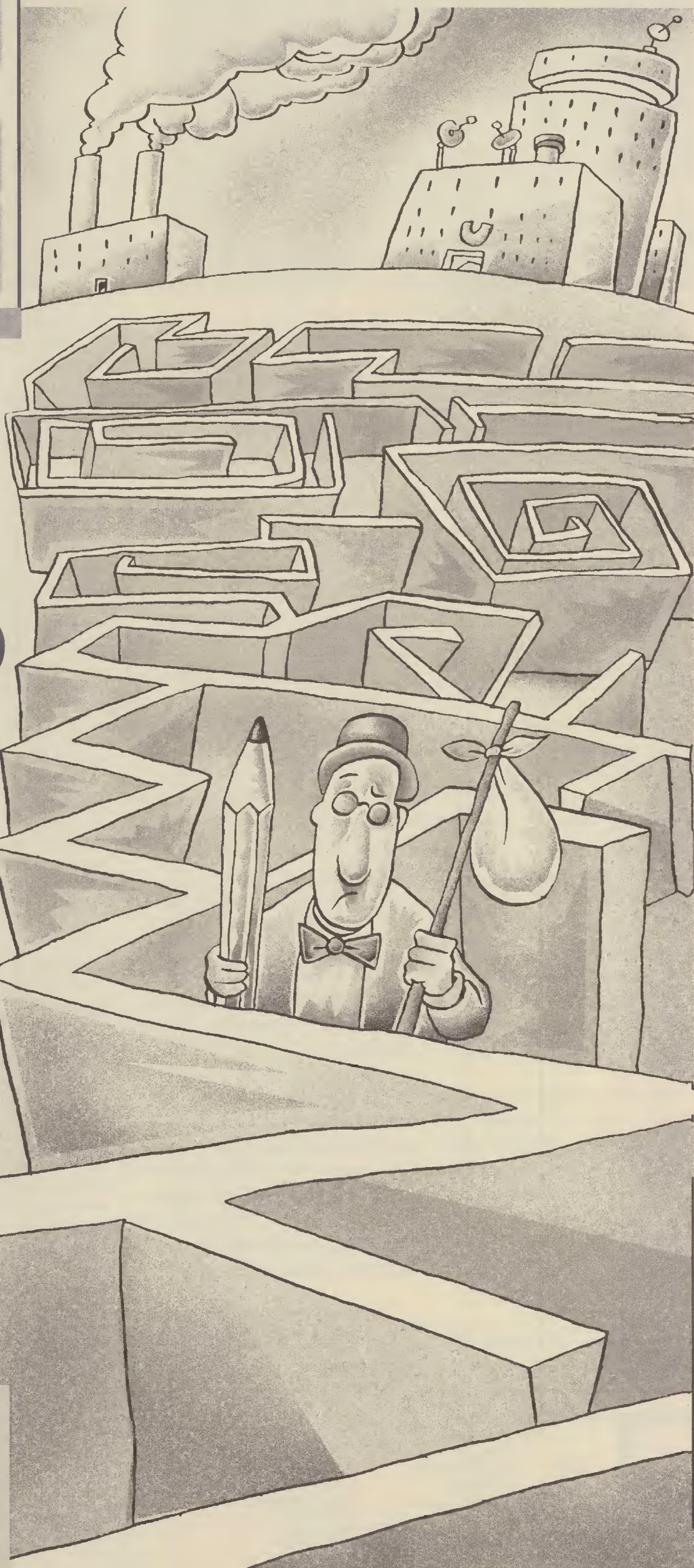
Detalhe *técnico*

Com o argumento de que pretende qualificar a mão-de-obra do país e reduzir a demanda pelo ensino superior público, o MEC está priorizando no ensino médio a educação profissional de nível técnico. Esqueceu de uma questão: como manter o ritmo da reforma e, ao mesmo tempo, adequar a rede nacional de escolas técnicas federais.

Páginas 6 e 7

Carlos Mielitz, professor da Ufrgs e especialista em comércio varejista, fala ao Adverso sobre as mudanças na economia e na vida cotidiana das cidades com a chegada das grandes redes de supermercados.

Página 12





À mercê das catástrofes

As transformações no ensino técnico, assim como os cursos sequenciais e a própria autonomia da Universidade, têm uma lógica coerente com a maneira pela qual o governo FHC vê o desenvolvimento, assim como o papel da Educação e a pesquisa no Brasil.

Em primeiro lugar, como identifica o professor Hécio Queiroz (ver reportagem de capa desta edição), está o desengajamento ou, pelo menos, a redução dos custos do Estado com a Educação. Mais importante que isto é a visão da educação adaptada ao mercado, no sentido imediato, que imagina as empresas comprando a força de trabalho como se esta estivesse disponível na prateleira de um supermercado.

Ora!, esta visão assume a posição de que as empresas devem se conformar com o lugar que o governo concebe para elas na divisão internacional do trabalho. Esse lugar compreende atividades de pouca complexidade e pouco intensivas em conhecimento.

Além disso, os jovens que irão receber estas formações não devem,

sobretudo, ter grandes acessos às humanidades, supérfluas numa sociedade onde o único regulador é o mercado e a aspiração máxima é o consumo pasteurizado e acrílico.

Na mesma linha está o defenestramento de nossa Escola Técnica que tem, antes de tudo, o papel de servir de modelo e realizar experimentos pedagógicos na área do ensino técnico beneficiando, como diz o seu diretor, professor Aldo Rosito, da sinergia produzida pelo fato de fazer parte da Universidade.

Parece que o Congresso Universitário está morrendo por falta de participação

Com todas estas mudanças e outras, talvez muito mais graves, infelizmente,

os professores têm participado pouco das atividades do seu sindicato.

Parece que o Congresso Universitário decidido na última greve, e que está sendo implementado por uma comissão dos três setores da comunidade universitária, está morrendo de inanição, digo, de falta de participação.

Será que só nos movimentamos quando a catástrofe está acontecendo?

OBSERVATÓRIO

Pesquisa I

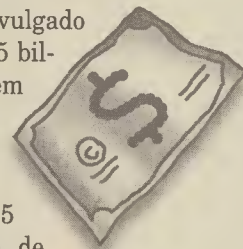
Os países que gastam apenas 0,5% de seu Produto Interno Bruto (PIB) com Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), caso da Argentina e do Brasil, correm o risco de ficar marginalizados no mundo globalizado. O alerta foi dado pela diretora do Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (PNUD), Sakiko Fukuda-Parr. "A tecnologia é neste limiar de século o que a corrida do ouro foi para o século 18", destacou Fukuda-Parr em palestra no 13º Congresso dos Economistas da América Latina e do Caribe. A concentração de tecnologia é um fenômeno disputadíssimo pelas grandes empresas na era da globalização. Só o mercado de patentes envolve mais de US\$ 50 bilhões por ano.

Pesquisa II

Fukuda-Parr disse ainda que mais da metade do PIB da OCDE tem base no conhecimento tecnológico, que é uma fonte de poder concentrado nas mãos das grandes empresas, afetando o desenvolvimento dos países mais pobres. "As grandes empresas não irão fazer vacina contra malária, mas vão pesquisar remédios para a cura da Aids, que lhes dará dinheiro. Por isso, os países em desenvolvimento têm de investir em tecnologia e P&D próprios", afirmou. O Brasil tem de buscar um papel de liderança na formação dos acordos multilaterais para se beneficiar, junto com os países latino-americanos, da era da globalização, alertou a diretora do PNUD.

1 dólar por dia

O novo relatório do Banco Mundial (Bird), divulgado em 16/9, revela: 1,5 bilhão de pessoas vivem com menos de US\$ 1 por dia. Mantidas as atuais tendências, em 2015 haverá 1,9 bilhão de pessoas nessas condições. O relatório do Bird mostra ainda que de 4,4 bilhões de pessoas vivendo em países em desenvolvimento, cerca de 60% não tem acesso a condições básicas de saneamento, um terço não sabe o que é água limpa, 25% não tem moradia adequada e 20% estão sem acesso a serviços médicos. Entre as crianças, 20% não completam cinco anos de escolaridade nem se alimenta de modo adequado. E uma porcentagem semelhante não consome a quantidade de proteína e calorias necessárias, um dado que explica, em parte, por que aproximadamente 9 milhões de crianças com menos de cinco anos morrem nas nações pobres, todos os anos, vítimas de doenças totalmente preveníveis.



Alimentos escassos

De acordo com as projeções demográficas feitas pelo Bird, a população mundial parará de crescer na metade do próximo século. Até lá, o número de habitantes do planeta quase que dobrará, de 6 bilhões hoje para cerca de 10 bilhões em torno de 2050. Esse acréscimo exigirá que se duplique a oferta de alimentos nos próximos 35 anos, repetindo a experiência dos últimos 25 anos, para suprir um mundo onde já há 800 milhões de subnutridos. Os agrônomos advertem que a tarefa agora será mais difícil, especialmente se for feita dentro do conceito do desenvolvimento economicamente sustentável, num mundo em que a água já começa a tornar-se um artigo difícil, três quartos das espécies de peixe de mar que entram na dieta alimentar estão sendo excessivamente explorados e se perde por ano 25 bilhões de toneladas de solo. Se no passado a pobreza foi geralmente identificada com o campo, o próximo capítulo do drama do desenvolvimento deve ocorrer nas cidades. Em 1950, as populações urbanas e rurais de países pobres e ricos eram mais ou menos as mesmas, em torno de 300 milhões.

Ranking de cientistas

O jornal *Folha de São Paulo* publicou no dia 12 de setembro um "ranking" com os 494 cientistas brasileiros com "mais influência na pesquisa mundial". Foram apresentados 136 bioquímicos, 205 físicos, 34 matemáticos e 119 químicos. Segundo o jornal, o objetivo da publicação de seu "Ranking da Ciência" é fornecer subsídios para análises sobre o desempenho e a produtividade de pesquisadores e instituições de pesquisa do país. Além disso, garante a *Folha*, pretende-se identificar para o público não especializado uma parcela "altamente qualificada do patrimônio intelectual disponível nas principais instituições de pesquisa do país". A primeira publicação de dados sobre a performance de cientistas aconteceu em 1988, quando a *Folha* publicou a "lista dos improdutivos". Elaborada pela Reitoria da USP, a lista continha nomes de pesquisadores da própria instituição que não teriam publicado nenhum trabalho científico no período de 1985 a 1986. Em maio de 1995, a *Folha* apresentou a reportagem "A lista dos produtivos", com nomes de 170 pesquisadores brasileiros com mais de 200 citações. O "ranking" publicado pela *Folha* tem causado polêmica e gerado muitas críticas no meio acadêmico. Nas próximas edições, **Adverso** dará prosseguimento ao debate.



Publicação
quinzenal
Impressa em
papel Ecograph
75 gramas
Tiragem: 5.000
exemplares
Impressão: Gráfica e
Editora Comunicação
Impressa Ltda.

Edição
Silvânio Mariani
Reportagem
James Górgen
Fotografias
Fabrícia Osanai
Programação Visual
Tristão Maus
Diagramação
Fabrícia Osanai
Revisão
Jorge D. Barbosa

Diretoria

Presidente: Carlos Schmidt;
1º Vice-Presidente: Lúcio Hagemann;
2º Vice: Elisabete Búrigo;
1ª Secretária: Regina Witt;
2ª Secretária: Daniela Fialho;
1º Tesoureiro: Edson Lindner;
2º Tesoureiro: Mário Brauner;
1º Suplente: Rubens Weyne;
2º Suplente: Jaqueline Moll

ADufrgs
ASSOCIAÇÃO DE DOKUTIS DA UFRGS

Seção Sindical do ANDES-SN
Rua Otávio Corrêa, 45 Porto Alegre/RS
CEP: 90050-120 Fone/Fax: (051) 228.1188
E-mail: adufrgs@portoweb.com.br
Home Page: <http://www.adufrgs.org.br>

AUTONOMIA

Defesa da Universidade exigirá mobilização

Atividade na Ufrgs no Dia Nacional de Paralisação dos SPFs propõe defesa de projeto próprio de autonomia

“Se correr, o MEC pega. Se ficar, o MEC come. Não há como ficar de fora”. A frase de contornos pessimistas foi pronunciada pelo reitor da Universidade Federal da Paraíba, Jader Nunes. Em debate com professores, funcionários e estudantes da Ufrgs sobre o projeto de autonomia universitária, realizado no último dia 14, Jader deu o alerta: se a comunidade universitária não se mobilizar, o fim da universidade pública como a conhecemos será decretado com a aprovação do projeto proposto pelo MEC.

A manifestação do reitor da UFPB expressa a posição da maioria absoluta da comunidade universitária em relação ao projeto tornado público pelo ministro Paulo Renato Souza no dia 29 de julho. O receituário do governo para o futuro das universidades não recebeu a simpatia dos campi de todo o país que, em face dos vários problemas encontrados, rejeitaram de imediato o projeto do governo. Alguns dos problemas identificados incluem a falta de um modelo jurídico para as universidades, a falta de garantia de financiamento público em nível suficiente para a manutenção e expansão do sistema, a eliminação da carreira nacional para os professores fundada na noção de servidor público e a desresponsabilização das universidades com suas escolas técnicas.

Financiamento precário

A questão do financiamento das universidades públicas é um dos principais problemas identificados no projeto do governo. Pela proposta apresentada pelo



Consenso: comunidade universitária deve propor alternativa ao projeto do MEC

ministro da Educação, o governo irá cada vez mais se desresponsabilizar com os destinos das universidades. O cálculo do orçamento para as instituições foi feito com base no orçamento de 1997, cujos valores já naquele ano ficaram bem abaixo do necessário. O próprio MEC reconheceu que seriam necessários mais R\$ 40 milhões para o orçamento de 1997. Para o reitor da UFPB, o objetivo do governo é entregar as universidades “à própria sorte” obrigando-as a vender serviços como forma de angariar recursos para a manutenção das instituições. As grandes universidades, com mais tradição em pesquisa, terão melhores chances de se posicionar nesse mercado, agravando ainda mais as desigualdades regionais. Em resumo, para sobreviver,

as universidades deverão se transformar num balcão de negócios. O sinal foi dado pelo próprio ministro, Paulo Renato, em reunião com reitores das universidades federais: “Se a autonomia for aprovada, os reitores é que irão lutar pelo pagamento de mensalidades”.

Salários desiguais

O quesito salários é outro item que causa grande polêmica no projeto do MEC. Segundo os planos do governo, cada universidade deverá instituir sua tabela de remuneração e plano de carreira. Para o Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes), isso provocaria uma lógica perversa, na medida em que novamente as universidades mais desenvolvidas

seriam privilegiadas. Por pagarem salários mais atrativos, haveria um fluxo migratório natural dos melhores professores para essas instituições.

Elo político

As universidades de todo o país retomaram com mais intensidade as discussões em torno da autonomia universitária depois que o ministro Paulo Renato Souza (MEC) anunciou que iria “adiar por algumas semanas” o envio do projeto para o Congresso Nacional. Para pressionar o governo a não enviar seu projeto para apreciação formal do Legislativo, os professores universitários reuniram-se em Brasília no início de agosto e apontaram um “indicativo de greve” para setembro. Se o projeto do MEC passasse a tramitar no Congresso, os professores universitários poderiam entrar em greve ainda no segundo semestre de 1999. Até o fechamento desta edição do *Adverso*, o MEC não havia enviado seu projeto para a Câmara dos Deputados. Na reunião realizada na Ufrgs no dia 14 - que ainda contou com a presença de Renato de Oliveira, presidente da Andes, Márcia Abreu, da coordenação da Fasu-bra, da reitora Wrena Panizzi e do vice-reitor Nilton Paim - chegou-se à conclusão que é necessário estabelecer um “elo político” de defesa dos interesses da universidade pública. Esse elo deve começar dentro das próprias universidades e buscar respaldo na sociedade civil organizada e junto aos parlamentares para a apresentação de um projeto de autonomia universitária.

Professores da Ufrgs não aderem ao indicativo de greve

Sem paralisar atividades, docentes devem engrossar calendário de mobilização convocado pela CUT



Embora não falem motivos para indignação e revolta com o tratamento dispensado pelo governo federal às universidades e ao quadro de servidores dessas instituições, não há condições práticas, no momento, para tornar efetiva uma greve na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Essa foi a principal decisão da assembléia convocada pela Adufrgs para o dia 14. A greve está sendo convocada pelo conjunto dos servidores públicos federais para o dia 5 de outubro com uma pauta de reivindicações que inclui reajuste salarial de 57,57%, e implantação de políticas de melhoria e qualificação de empregos, direitos sociais e defesa da seguridade social, entre outros temas.

Na assembléia na Ufrgs, a diretoria da Adufrgs encaminhou a proposta de não adesão ao indicativo de greve aprovado em reunião do setor das federais no início de agosto. A avaliação da diretoria da Adufrgs é que, nas atuais circunstâncias, tem mais relevância a adesão dos professores em atividades gerais de mobilização convocadas pela Central Única dos Trabalhadores (CUT). A deliberação tomada pelos professores da Ufrgs será levada à plenária nacional dos servidores públicos federais que acontece no dia 26 de setembro, em Brasília. Foram eleitos os professores Cláudio Scherer e Regina Witt para levar ao fórum nacional o posicionamento dos professores da Ufrgs.

Proposta da diretoria da ANDES

A assembléia dos professores da Ufrgs adotou deliberação que deve provocar repercussão no cenário do movimento docente. A diretoria da Adufrgs, por encaminhamento da assembléia, deverá solicitar formalmente à Andes a proposta de autonomia universitária elaborada pela direção do sindicato nacional. A proposta existe mas não pode ser divulgada em virtude de decisões proibitivas aprovadas em fóruns nacionais de deliberação do sindicato.

Os professores da Ufrgs presentes à assembléia ficaram indignados com a restrição feita à Andes que a impede de divulgar sua proposta de autonomia. Em tom de ironia, alguns professores anunciaram que seria passível até a utilização de “meios escusos” para obter um documento que deve ser do conhecimento de todos os professores. A proibição feita à diretoria do sindicato, que impossibilita a circulação de idéias e inviabiliza o debate, foi definida pelos professores como “fascista”. Um dos presentes à assembléia ponderou que a proibição se deve às disputas internas pela direção do sindicato. Uma vez divulgada, a proposta da Andes conferiria prestígio para a atual direção, o que não é do agrado dos oposicionistas, que já se articulam para disputar no ano que vem a direção da entidade.

DUPLA FACE

A recusa de matrículas, assunto que tem provocado polêmica na Ufrgs, é analisada sob a ótica diferenciada de professor e de estudante

Darcy Barnech Campani / Professor Adjunto do Dep. de Engenharia Mecânica

Sobre o jubilamento e a recusa de matrícula



Inicialmente, devemos retomar a história do assunto, que pela minha memória se deu ainda na gestão passada da Reitoria e que teve começo por uma ação do Ministério Público que cobrava da Ufrgs o porquê de nunca ter aplicado a figura do jubilamento, mesmo que estivesse previsto em seus Estatutos criando, dessa maneira, prejuízos ao erário público. Com a existência desta ação, a Ufrgs teve que deixar de brincar com o que chamamos de ensino público, pois o mesmo estava sendo privatizado por alguns alunos que se adonavam de vagas, se beneficiavam de algumas vantagens obtidas como estudantes e que jamais pensavam em realmente concluírem o curso.

Diante das críticas surgidas, devemos também pedir a todos que primeiro leiam as normas e depois passem a criticá-las, pois críticas do tipo permitir a ampla defesa, já está prevista, o estudo de caso a caso, também já está previsto, tanto que as Comissões de Graduação já receberam, como determina a norma, os históricos de todos os alunos com recusa de matrícula, para a

análise caso a caso e emissão de parecer individualizado.

Realmente, manter a situação como estava seria pactuar com a situação de privatização, que poucos estavam fazendo, de recursos públicos, seria não cobrar o mínimo de seriedade na relação estudante-universidade. Alegações como a falta de disciplinas

“A universidade pública deve ser pública para todos e não para alguns, pois aí ela deixa de ser pública”

no período noturno, com a qual concordo, não explicam que alguns alunos, mesmo tendo disponibilidade de disciplinas à noite, estão há dois anos sem serem aprovados em nenhuma disciplina, que temos estudantes que se matriculam em três a quatro disciplinas por semestre e que há 6 semestres

não conseguem serem aprovados em mais do que uma por semestre. Problema do aluno somente? Claro que não, mas estando há quatro anos envolvido na Comissão de Graduação, tive apenas um aluno que se preocupou com o assunto e procurou assessoramento. No mais, poderíamos dizer que, com raras exceções, estes mesmos possíveis injustiçados jamais se mobilizaram para procurar melhorar a representação estudantil dos fóruns que estão discutindo como evitar a morte da Universidade Pública.

Não podemos deixar de aproveitar o momento para conclamar os estudantes para, junto com professor e servidores, discutirem os rumos de nossa Universidade, mas precisamos de muito mais participação na nossa Comissão de Graduação e mesmo no Colegiado do Departamento. Há muito tempo solicitamos a participação dos estudantes que possuem direito à participação e, infelizmente, não têm se feito representar.

Universidade pública deve ser pública para todos e não para alguns, pois aí ela deixa de ser pública.

Joana Dávila / Acadêmica de História na Ufrgs

Recusa de matrícula: que Universidade Viva é essa?



É necessário que se faça um primeiro esclarecimento: somos defensores da criação de um instrumento que, de fato, controle os gastos nas universidades públicas. Não somente por que o investimento, por parte do Governo Federal, é baixo e deve ser cuidadosamente aplicado, mas principalmente por que as universidades são sustentadas pela sociedade que tem todo o direito de receber um "retorno" deste investimento.

Não podemos aceitar, em hipótese alguma, que o investimento feito pela sociedade seja utilizado em interesses privados: tanto pelo estudante que, por um motivo qualquer, não faz um bom uso da sua vaga, como pelo docente que investe anos em pesquisas que não têm valor algum para o conjunto da sociedade.

A Recusa de Matrícula está longe de responder a este anseio. Percebemos uma série de distorções neste mecanismo, tais como:

1. baseia-se em uma fórmula de cálculo inacessível, o que impede um real acompanhamento por parte dos alunos e das comissões de graduação.

2. só avalia as reprovações e os abandonos de cadeiras por parte dos estudantes,

não levando em consideração os altos índices de repetência em certas cadeiras e a falta de métodos adequados de ensino de muitos professores;

3. a regra foi instituída em 1996, mas são consideradas todas as reprovações dos estudantes, mesmo que tenham ocorrido antes da existência desta forma de penalização;

“A Recusa de Matrícula é mais um mecanismo de elitização da universidade que está em sintonia com o processo de desmonte do ensino público”

4. estabelece um padrão de aluno livre de problemas pessoais que se dedica exclusivamente aos estudos e não considera as especificidades de cada curso;

5. não considera os problemas estruturais da Universidade como a falta de cursos

noturnos, horários pouco acessíveis para o estudante trabalhador, bibliotecas e laboratórios defasados, etc;

6. são contabilizadas as reprovações de cursos anteriores.

Os estudantes "recusados" são, na sua grande maioria, aqueles que tentam conciliar o trabalho com o estudo, o que está bem longe da imagem divulgada daquele aluno relapso há muitos anos na universidade. A análise "caso a caso", que vem sendo anunciada como a forma de corrigir possíveis injustiças, não foi até agora normatizada. Portanto, continua valendo a resolução que não prevê o julgamento de mérito mas, apenas, o possível erro no cálculo do índice de desperdício.

Sendo assim, a Recusa de Matrícula é mais um mecanismo de elitização da universidade que está em sintonia com o processo de desmonte do ensino público e com o projeto de autonomia recentemente apresentado pelo MEC, com o qual o Governo pretende transformar algumas universidades em centros de excelência.

Quem defende a universidade pública é contra a Recusa de Matrícula!

ECONOMIA DIGITAL

Empresas vendem oportunidades de futuro

Grupos nacionais abrem mão de braços estratégicos de seus negócios para saldar dívidas contraídas no exterior, sem perder mercado no Brasil

Publicamente, elas venderam seus ativos para se concentrarem nas atividades que sabem fazer melhor. Elas são empresas brasileiras de mídia, entretenimento, telecomunicações, informática e Internet. Na última década, compraram tudo o que viam pela frente. Propalada aos quatro ventos, a diversificação para estes grupos era tão fundamental quanto administrar os empreendimentos onde consolidaram seu poderio econômico. Agora, buscam uma dieta financeira e estrutural. Reter somente o essencial, dizem seus executivos. Correm o risco de ficar com muito pouco e ceder terreno precioso para grupos estrangeiros que estão investindo no país. Pressionado pelo forte endividamento externo, pelas dificuldades para obter crédito a taxas competitivas no mercado interno, crises financeiras, legislação rígida e quedas regulares de receita, os grandes grupos de comunicação do país estão se desfazendo de oportunidades de negócio nas áreas que irão girar a engrenagem econômica do próximo século.

Neste ano, o mercado vem sendo testemunha do movimento classificado pela revista *"Carta Capital"* de uma venda de "anéis para continuar com os dedos". O fato mais recente não poupou nem as Organizações Globo, o único grupo com capacidade de fazer frente à onda de fusões e aquisições que tomou conta dos países ocidentais. Em 17 de agosto, a Globocabo, braço que controla as operações de TV paga do conglomerado (NET e Sky), vendeu



12% de seu capital para a Microsoft, numa transação de US\$ 126 milhões. A venda permitirá que a empresa de softwares de Bill Gates tenha assento no Conselho de Administração da Globocabo, que administra 18 empresas de TV a cabo e uma de microondas, num total de 960 mil assinantes.

Para os jornais, o diretor-geral da Globocabo, Moisés Pluciennik, defendeu a transação como uma importante parceria estratégica rumo ao acesso à Internet por cabo e ao desenvolvimento da TV Interativa. Em termos práticos, a venda

enxugou apenas uma pequena parte da dívida do grupo. Estimada em US\$ 2 bilhões no final do ano passado, o endividamento externo total das Organizações Globo está em boa parte ligado à sua rede de TV por assinatura. No balanço de junho, mais de um quarto da conta (US\$ 596 milhões) era de responsabilidade da Globocabo.

Um débito deste volume vem obrigando a família de Roberto Marinho a vender anéis com mais frequência do que talvez gostaria. Em 27 de julho, o grupo se desfez de uma de suas jóias raras: o controle acionário da Nec do Brasil. O negócio foi fechado por US\$ 50 milhões com a própria empresa-mãe da indústria japonesa de telefones celulares, a Nec Corporation. No ano passado, em novembro, a Globo já havia passado adiante ações de duas operadoras de telefonia móvel celular, a Tele Nordeste Celular e a Tele Celular Sul, compradas quatro meses antes no leilão do Sistema Telebrás.

Sócia da Globo na NET Sul e sexto maior grupo de mídia do Brasil, a Rede Brasil Sul (RBS) optou por abrir mão de seu braço na Internet para salvar o resto do patrimônio. Em junho, vendeu o controle acionário do provedor ZAZ para a Telefônica Interativa, empresa ligada à Telefônica de Espanha. Tudo para se livrar de uma dívida contraída em uma parceria com a própria empresa espanhola. De 1996 para cá, o grupo gaúcho havia se envolvido na privatização da Companhia Riograndense de Telecomunicações (CRT), ao lado da Telefônica. No meio do caminho, a empresa espanhola resolveu aplicar mais de US\$ 5 bilhões na compra da Telesp. Como as regras do governo não permitiam que uma mesma empresa detivesse o controle de duas companhias de telecomunicações no país, a Telefônica abandonou o barco no meio do caminho deixando a RBS pendurada no pincel.

Com jogo de cintura, a família Sirotsky acabou se saindo bem. Oficialmente, o valor da transação não foi anunciado. Entretanto, o editor das revistas *"Pay-TV"* e *"Teletime"*, Rubens Glasberg, revelou, no início de julho, que os 51% em ações custaram ao grupo espanhol US\$ 300 milhões. Com um endividamento externo estimado em US\$ 200 milhões, a RBS não só quitou seus débitos como ainda fez um caixa para o futuro. Glasberg calcula que a rede gaúcha recebeu ganhos 15 vezes superiores ao capital injetado na compra e investimentos iniciais no provedor (US\$ 20 milhões). A Telefônica, por sua vez, ficou com o segundo maior provedor do país, com cerca de 200 mil assinantes e valor de mercado estimado em US\$ 500 milhões.

Não tão bem se saiu a TVA, empresa de TV por assinatura controlada pela Tevecap, subsidiária do Grupo Abril. Para reduzir US\$ 390 milhões de uma dívida calculada em US\$ 500 milhões, deixou de lado seu interesse pela operação local da DirecTV, serviço de TV paga por satélite controlado pelo consórcio Galaxy Latin America. Ao mesmo tempo, se desfez dos 10% de participação no próprio consórcio, integrado pela americana Hughes e a venezuelana Cisneros.

Falta de estratégia a longo prazo ou simplesmente desespero para sair do vermelho, os três grupos são um exemplo de que as empresas brasileiras não estão dispostas a desenvolver empreendimentos pioneiros captando recursos por seus próprios meios. Na metade do ano, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) abortou antes da concepção a criação de uma linha de crédito especial que ficou conhecida como "Proer da Mídia". Com taxas de juros pouco competitivas no mercado doméstico, o horizonte não é muito promissor. A saída ainda parece estar lá fora.

Convergência estimula associações

O que pode ter causado este súbito retrocesso estratégico em diversas empresas de comunicação do Brasil? Com certeza, não foram as tendências que mudaram. Empresas estrangeiras do mesmo ramo fizeram da globalização um ótimo argumento para continuarem se transformando em conglomerados onipresentes nos mais diversos campos da Tecnologia da Informação. Sem planejamento e inseridos em um ambiente hostil ao desenvolvimento, os grupos brasileiros não tiveram cacife financeiro para acompanhar a corrida. Na tentativa de capitalização, a situação foi mais desastrosa. A desvalorização do real frente ao dólar, em janeiro, aumentou consideravelmente o saldo dos recursos tomados no exterior. Consequência direta: queima de ativos para salvar o patrimônio atual e desestímulo a novos investimentos.

Sem padecer da maioria destes problemas econômicos e financeiros, empresas de países europeus e norte-americanos não precisaram alterar sua rota em direção ao futuro. Continuam diversificando seus empreendimentos. Tudo in-teressa, desde que as aquisições e fusões se limitem aos negócios da convergência, área que envolve comunicação, teleco-

municações, informática e, agora, Internet. Somente no primeiro semestre deste ano, o valor das associações entre empresas da web foi multiplicado por 22, passando de US\$ 1,5 bilhão para US\$ 33,4 bilhões. Levantamento do Instituto Webmergers revela também que no período de 18 meses as transações na rede movimentaram US\$ 40 bilhões. Os compradores assumiram 169 empresas, pagando uma média de US\$ 200 milhões por aquisição.

Revolução deste tipo só poderia ser detonada por um fator: possibilidades de mercado. Relatório do Departamento de Comércio dos Estados Unidos mostra que as indústrias geradoras de tecnologia da informação foram responsáveis por 35% do crescimento real do país de 95 a 98. O que ainda não significa muito. No total do PIB americano, este setor representou apenas 8% da riqueza nacional. No caso do varejo digital, que comanda apenas 1% do PIB, os horizontes são ainda mais promissores. Conforme o Instituto Forrester Research, em três anos o faturamento com o comércio eletrônico deverá alcançar US\$ 920 bilhões (em 1998 foi de US\$ 51 bilhões) em todo o mundo.

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

James Görgen

O mercado exigiu. A legislação permitiu. O governo executou. E assim vem sendo tocada a reforma da Educação Profissional.

Desde o final de 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional prevê a alteração dos parâmetros que regiam o antigo ensino profissionalizante brasileiro. A mudança atual separou o ensino médio puro dos cursos técnicos. Com essa medida, o Ministério da Educação e do Desporto (MEC) deu a largada para a corrida de abertura de cursos especiais de curta duração. Eles surgiram como uma espécie de prêmio de consolação, isto é, alternativa de qualificação a uma grande parcela da população que não tem perspectiva de cursar uma universidade. Sem eles, seus empregos estariam ameaçados em um mercado de trabalho que cada vez mais exige atualização tecnológica. Com eles, o ensino superior fica livre de uma demanda crescente por vagas. Ao mesmo tempo, surge um novo tipo de trabalhador: o assalariado de nível técnico.

Estabelecidos pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) – nº 9.394 de 20/12/96 – e pelo decreto nº 2.208, de 17/4/97, os novos parâmetros da Educação Profissional causaram uma ruptura no caráter do ensino médio que o Brasil mantinha desde 1971. Ao contrário da junção anterior, o texto da nova LDB valorizou a desvinculação da profissionalização do ensino regular, investindo em "diferentes estratégias de educação continuada, em instituições especializadas ou no ambiente de trabalho". A opção da abertura de cursos especiais, em paralelo aos regulares, também foi incentivada.

Menos de seis meses depois, o decreto 2.208/97 definiu os níveis da Educação Profissional. O Básico foi dirigido exclusivamente para a qualificação de trabalhadores sem pré-requisito de escolaridade prévia. No nível Técnico (para onde estão sendo concentrados maiores recursos) são qualificados os alunos – "matriculados ou egressos" – do ensino médio. Como última etapa, aparece o Tecnológico, com cursos de nível superior destinados aos alunos egressos do ensino médio e técnico.

O artigo 5 da LDB chama a atenção: "a educação profissional de nível técnico terá organização curricular própria e independente do ensino médio, podendo ser oferecida de forma concomitante ou sequencial a este". Para a maioria dos críticos, a intenção do MEC com este dispositivo é autorizar a abertura de cursos curtos (duração máxima de dois anos) com rotatividade maior e que garantam ganhos na cobrança de taxas.

Pela lógica do MEC, o financiamento público pode ser a principal razão desta maratona para transferir responsabilidades. Os cursos oferecidos no nível técnico serão cobrados no ingresso. Como ca-

da um terá a duração de 1 a 2 anos, o que significa alta rotatividade, muitas taxas serão pagas a cada semestre. Como consequência, os recursos arrecadados retiriam do governo parte da obrigação com o financiamento destas instituições, que também contam com uma parcela repassada pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) para a educação profissional. "O governo quer se desresponsabilizar com o financiamento dessas escolas", denuncia Hécio Queiroz.

O rolo compressor do MEC opera em ritmo acelerado. Não demorou muito para que as diretrizes da LDB se estendessem para os Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefet) e as Escolas Técnicas e Agrotécnicas Federais. Antes mesmo de o Conselho Nacional de Educação (CNE) dar qualquer parecer sobre as alterações, várias instituições públicas vêm sendo pressionadas a se adequarem aos novos parâmetros em um ritmo intenso. No ano passado, o Brasil possuía cinco Cefets. Em janeiro, Fernando Henrique Cardoso promoveu seis escolas técnicas à categoria de centro. Em março, foram mais seis.

Membro do grupo de trabalho e pesquisa de Ensino Técnico do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes-SN), Hécio Queiroz Braga entende que a transformação destas escolas em Cefets, instituições que deveriam ser voltadas à pesquisa em nível superior, não visa a qualificação da educação profissional. "A maioria destes Cefets que estão sendo criados não vão passar do ensino de nível técnico", afirma o professor, ligado ao Cefet de Minas.

Tudo por uma simples questão de demanda. Em experiência na Unidade de Ensino Descentralizado (Uned) de Divinópolis desde 1998, a proposta da LDB se revela frágil. Segundo Queiroz, lá a demanda do ensino médio permanece sendo três vezes superior a do ensino em nível técnico. Na Uned de Divinópolis, apenas 15% de todas as vagas oferecidas foram reservadas aos cursos técnicos.

Evidências como esta levam a crer que o ritmo acelerado da reforma do Ministério pode comprometer o sistema nacional de escolas técnicas de ensino médio. Pela tendência atual, em que a população brasileira ainda enxerga o ensino superior como símbolo de ascensão social e financeira, é difícil provar que um certificado de curso técnico pode significar garantia de futuro.



Escolas Federais de Ensino Médio

17 Cefets
11 Escolas Técnicas Federais
46 Escolas Agrotécnicas Federais

Matrículas: 122.927
Docentes: 10.735
Funcionários: 28.236

Fontes: Inep/MEC (1998)

ETC teme transferência para Cefet

Criada há exatos 90 anos, a Escola Técnica da Ufrgs, conhecida como ETC, faz parte das 30 instituições de ensino público brasileiro que não sabe o que será do seu amanhã. No projeto de lei da Autonomia Universitária elaborado pelo MEC ela aparece como uma das unidades transferidas para o controle de um Centro Federal de Educação Tecnológica (Cefet) ou de escolas técnica e agrotécnicas federais. A avaliação do ministério entendeu que a administração da ETC cabe ao Cefet de Pelotas, distante 350 quilômetros da sede da ETC, localizada próxima ao Centro de Porto Alegre. A notícia quase paralisou a escola, que estava em plena fase de adequação de sua estrutura e currículos aos conceitos estabelecidos pela nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação. "Foi uma ducha de água fria nos nossos trabalhos. Estamos gastando tempo para tentar evitar que ele se concretize", afirma o diretor da Escola Técnica, Aldo Antonello Rosito.

Motivo de tanto esforço é a indefinição do projeto nos quatro artigos que tratam da transferência e, principalmente, na perda do status de instituição vinculada à uma universidade federal. Pela lei, todo o patrimônio e o quadro de pessoal, bem como o acervo material e a dotação orçamentária da Escola Técnica seriam repassados à estrutura do Cefet de Pelotas. Do dia para a noite, a Ufrgs teria menos R\$ 114 mil em seu orçamento, valor destinado ao

custeio previsto para 1999.

Na opinião do diretor da ETC, Aldo Antonello Rosito, a universidade perderia muito mais do que recursos. A transferência está sendo encarada como o fim de um importante espaço de aproximação da Ufrgs com estudante do ensino médio e com o mercado de trabalho aberto pela educação profissional. "Uma universidade precisa ser plural e a Escola Técnica serve como campo de experimento para o restante da Ufrgs", considera o professor.

O intercâmbio se dá de várias maneiras. Atualmente, nove dos cerca de 90 docentes da Escola Técnica são vinculados a unidades de ensino superior da universidade. Em 1996, a instituição criou o Curso Técnico em Controle e Monitoramento Ambiental que possui ligação com o Centro de Ecologia da Ufrgs. No mesmo ano, foi aberta a opção para Técnico em Biotecnologia, que conta com professores eventuais do Centro de Biotecnologia e das faculdades de Farmácia e Veterinária. Para as aulas de Química, os futuros técnicos praticam nos laboratórios do Instituto de Química. Além disso, unidades situadas no campi onde funciona a ETC utilizam salas de aula do prédio da escola para algumas disciplinas. "Como funcionarão estes vínculos, se nós passarmos a pertencer ao Cefet de Pelotas", questiona Rosito. Para esse tipo de pergunta, o MEC ainda não possui respostas.



Ameaça: comunidade da escola rejeita desvinculação

A estrutura em jogo

10 cursos (nível técnico)	91 professores	370 vagas
936 alunos	28 funcionários	18 salas de aula

9 Laboratórios
Um prédio próprio com 4,2 mil metros quadrados de área construída

Escolas Técnicas Vinculadas

17 Agrícolas
9 de Serviços
4 Industriais

Ligadas a 19 Instituições Federais de Ensino Superior de 11 Estados

Formam anualmente 3,8 mil técnicos profissionais de nível médio

18.219 alunos
1.171 docentes
935 funcionários

Recursos para custeio em 99: R\$ 10,3 milhões

Fonte: Conselho Nacional de Diretores das Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais

Uma inquilina incômoda

Reprodução



Passado: Criada pela Faculdade Livre de Direito em 1909, a Escola Técnica da Ufrgs demorou 81 anos para ter sede própria

Não é a primeira vez que uma ameaça de mudança paira sobre os professores, funcionários e alunos da Escola Técnica da Ufrgs, a ETC. Na década de 70, crises semelhantes – com propostas que incluíam seu fechamento – rondaram a instituição. Idéias que não vingaram talvez porque a história de 90 anos da instituição se confunde com a formação da própria universidade.

Fundada em 26 de novembro de 1909 como Escola de Comércio de Porto Alegre, vinculada à Faculdade Livre de Direito, a ETC demorou quatro décadas para deixar de ser um apêndice de outra instituição. Em 1945, o alto nível do ensino desencadeou o processo de criação da Faculdade de Economia e Administração, baseada no curso superior da Escola de Comércio. Cerca de 11 anos antes, o governo do Estado já havia dado origem à Universidade de Porto Alegre (Urgs). A partir daí, iniciou-se o período onde prosperidade e instabilidade se misturaram. Em 4 de dezembro de 1950, a Urgs foi incorporada ao sistema federal e transformou-se em Ufrgs. Somente na década de 60, entretanto, a ETC passou a ter um diretor próprio, Clóvis Vergara Marques, que ficou 22 anos no cargo.

Sua influência na sociedade não impediu que a ETC fosse tratada como uma inquilina incômoda dentro da Ufrgs. Quando passou a fazer parte da

Economia, suas salas de aula migraram diversas vezes por prédios e galpões que existiam nos fundos da faculdade. Demorou 81 anos até que a escola tivesse um endereço definitivo. O período da transferência da ETC para o prédio atual, na avenida Ramiro Barcelos, foi também o da cristalização de uma relativa autonomia. A unidade, que custou mais de R\$ 1 milhão, foi inaugurada em 1994. Cerca de três anos depois, com a eleição da professora Wrana Panizzi, a ETC ganhava assento no Conselho Universitário. Agora, sofre a ameaça do despejo.

POLÍTICA

Quem dá as cartas no Congresso Nacional

Levantamento traça o perfil dos 100 parlamentares que mais influenciam as decisões do Legislativo

Eles têm formação superior, são profissionais liberais, defendem a economia de mercado, têm mais de um mandato, são oriundos das regiões ricas ou dos estados ricos das regiões pobres, pertencem aos maiores partidos, gostam de se autotitular como sociais-democratas e destacam-se como articuladores.

Esse é o perfil da elite parlamentar, segundo levantamento anual realizado pelo Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap). Com o trabalho, o Diap lança a sexta edição do "Os Cabeças do Congresso Nacional", publicação que tem o objetivo de identificar os 100 parlamentares mais influentes.

A definição do perfil político dos líderes de opinião no Congresso levou em consideração vários fatores, dentre os quais os votos dados em determinadas matérias, os pronunciamentos, acordos, filiação partidária, vinculação a grupos políticos, visão da economia, entre outros. O Diap constatou que há uma confusão conceitual muito grande entre os partidos e entre os próprios parlamentares, que se autodefinem de uma forma, a mais simpática, mas agem de outra.

Nesta edição, a grande constatação que se faz é que 62% dos parlamentares mais influentes do Congresso pertencem a partidos da base de sustentação do governo. Independentemente de sua tendência política, têm a obrigação partidária de apoiar as propostas governamentais, especialmente as reformas constitucionais. Assim, os 38% restantes, que politicamente estão classificados como esquerda, centro-esquerda e residualmente de centro, situam-se nos campos que defendem uma oposição positiva ou a oposição pura e simples.

Centro apóia Governo

O Diap, segundo os critérios que adotou, constatou predominância do Centro na elite do Congresso, com 37 parlamentares nessa condição. Esses parlamentares, na hora de compor e de votar, normalmente assumem uma postura definida como conservadora, acompanhando a Direita e não a Esquerda. Conservador, para efeito do trabalho do Diap, são os famosos neoliberais, aqueles parlamentares que defendem a economia de mercado e a desregulamentação a qualquer preço, sem qualquer preocupação com as questões sociais. Os parlamentares que politicamente são considerados de Centro, quando chamados a opinar sobre sua autodefinição ideológica, quase todos classificam-se sociais-democratas, enquanto uma minoria define-se social-liberal. A Esquerda é representada por 25 parlamentares. Foram classificados nesta condição os parlamentares pertencentes aos partidos de doutrina socialista que denunciam, combatem e votam contra todas as teses neoliberais. O Centro-Esquerda, com 15 parlamentares, compõe-se de nomes que defendem um equilíbrio entre o estado e a iniciativa privada na exploração da atividade econômica, especialmente nos setores considerados estratégicos. São adeptos de uma forte regulação do Estado, mas defendem parcerias e concessões. Para este grupo, um serviço para ser público não precisa ser necessariamente estatal. O cérebro pensante do Congresso está representado por parlamentares de centro e Centro-Esquerda, conclui o Diap. O centro-direita, representado por 18 nomes, supera numericamente as forças de Centro-Esquerda, sobretudo porque estão concentrados nessa classificação os principais parlamentares dos partidos da base de sustentação do governo, especialmente PFL, PPB e PMDB. A Direita, classificação evitada pela esmagadora maioria do Congresso, reúne apenas 5 nomes, mas com certeza são dos mais representativos em termos de influência: Delfim Neto, Antônio Carlos Magalhães, Aberlato Lupion, Ronaldo Caiado e Jorge Bornhausen.

Número de mandatos

A experiência é um requisito importante para ingresso no restrito grupo de parlamentares que lideram a tomada de decisão no Congresso. Dos 100 parlamentares identificados, apenas 26 são de primeiro mandato, sendo 17 do Senado e nove da Câmara. Dos senadores de primeiro mandato, 16 estão no quinto ano do mandato, portanto, na segunda legislatura. Novos, efetivamente, são apenas os nove da Câmara e um do Senado. Com o segundo mandato, foram identificados 26 parlamentares, 21 dos quais deputados. Se adicionarmos a este número os senadores que estão na segunda legislatura de seu mandato, 16, chega-se facilmente à conclusão de que é no segundo mandato que o parlamentar está maduro para influenciar nas decisões, porque já conhece a estrutura da Casa, domina o regimento e teve tempo para consolidar sua liderança. Com três mandatos, existem 25 congressistas, sendo 23 deputados e dois senadores. No quarto mandato, encontramos apenas 12, no quinto 7, no sexto e oitavo apenas 1 e finalmente no sétimo localizamos 2 parlamentares.

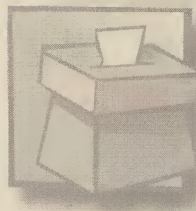
Os "CACIQUES" DO LEGISLATIVO



Os 10 MAIS INFLUENTES

O poder está nas mãos de sete deputados e três senadores que, em sua maioria, pertence à base de sustentação do governo e já ocupou outros cargos

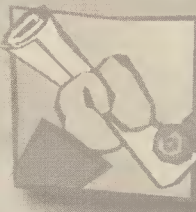
Inocêncio Oliveira (PFL-PE) - Líder do partido na Câmara
Michel Temer (PMDB-SP) - Presidente da Câmara
Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA) - Presidente do Senado e do Congresso
José Genoíno (PT-SP) - Líder do partido na Câmara - 5º mandato
Jáder Barbalho (PMDB-PA) - Presidente e líder do partido no Senado
Miro Teixeira (PDT-RJ) - Líder do partido na Câmara
Arnaldo Madeira (PSDB-SP) - Líder do governo na Câmara
Eduardo Suplicy (PT-SP) - Senador
Delfim Netto (PPB-SP) - Deputado federal
Aécio Neves (PSDB-MG) - Líder da bancada na Câmara



A ELITE POR PARTIDOS

Na base de apoio ao governo, os mais influentes somam 44 deputados e 18 senadores. A oposição ao governo conta com 28 deputados e 7 senadores. E os partidos "independentes" somam 3 deputados entre os "cabeças".

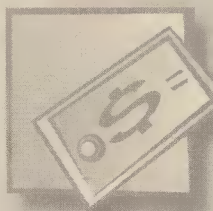
PMDB (14)	PDT (5)
PFL (18)	PCdoB (5)
PSDB (21)	PSB (4)
PPB (6)	PPS (2)
PTB (3)	PL (2)
PT (19)	PV (1)



AS PROFISSÕES DA ELITE

Profissionais liberais e empresariado - categoria em que foram incluídos agropecuaristas, produtores rurais, industriais e usineiros - formam o grupo dos que comandam a tomada de decisão no Legislativo

Empresários - 25
Advogados - 21
Economistas - 10
Engenheiros - 8
Operários - 7
Médicos - 7
Jornalistas - 6
Outros - 16



INVERSÃO DE IMPORTÂNCIA

Os Estados que somam 25% do PIB elegeram 53% do Congresso. Embora as regiões menos desenvolvidas do país possuam maior representação, os "cabeças" são oriundos de outros locais

REGIÃO	PARLAMENTARES ENTRE A ELITE
Sudeste	46
Nordeste	25
Sul	13
Norte	11
Centro	5

ENSINO

Grupos PET podem acabar em 99

Alunos lutam contra a extinção do programa de qualificação da graduação



Efeito multiplicador: grupos como o da Engenharia Civil da Ufrgs sustentam que o PET beneficia todos os estudantes

Uma parte dos estudantes de graduação das universidades públicas brasileiras não parece estar contente com a aproximação do final deste ano. Em 31 de dezembro encerra a sobrevida concedida pelo Ministério da Educação e do Desporto (MEC) ao Programa Especial de Treinamento (PET), criado há 20 anos. Oficialmente, o governo já adiantou que a partir do ano que vem não irá mais conceder bolsas para universitários interessados em desenvolver atividades de qualificação do ensino de graduação. Em várias ações ao longo deste ano, principalmente em um ofício circular encaminhado em março, o MEC deu provas de que pretende substituir o PET por um programa que tenha um alcance maior e beneficie mais alunos.

Mesmo sendo anunciada apenas como uma alteração de rumo, a extinção do PET será acompanhada também do provável fim do Programa de Apoio à Integração Graduação/Pós-Graduação (Proin). Tudo para o governo colocar em prática o "Programa Especial de Apoio a Projetos destinados à Modernização e Qualificação Institucional de Ensino Superior Público". Nome pomposo para uma idéia pouco debatida, cujo primeiro edital foi lançado em julho. O projeto todo contará com investimentos de R\$ 100 milhões nos próximos três anos.

Em ofício encaminhado em 20 de agosto ao Departamento de Engenharia Civil da Ufrgs – um dos seis grupos PET da Ufrgs está ligado a este curso – como resposta à consulta da chefe da seção, Wai Ying Yuk Gehling, o MEC relatou melhor o que pretende com a substituição dos dois programas. A intenção é fazer com que as 100 instituições de ensino superior públicas (IES) possam apresentar

até três projetos no valor máximo de R\$ 150 mil. Como uma espécie de consolo, o texto do documento deixa claro que "não há incompatibilidade conceitual entre o propugnado no atual Programa e a possibilidade, por parte das IES públicas, se esta for a opção institucional, de apresentar propostas que reproduzam características dos projetos PET e Proin, até então financiados pelas Capes" (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior).

Durante o ano inteiro, a ação do ministério, no sentido da extinção dos dois programas, vem movimentando centenas de estudantes. No dia 28 de setembro, um grupo irá a Brasília protestar contra a extinção. Os estudantes não concordam com a análise do governo sobre os baixos resultados do PET. No ano passado, o PET foi responsável pela concessão de bolsas mensais de R\$ 241,51 para um grupo de 3.478 alunos ligados a 325 grupos de diversas universidades brasileiras. Um investimento de R\$ 14,5 milhões, conforme o MEC. O Proin foi além, beneficiando 20.299 alunos com um gasto total de R\$ 6 milhões.

A substituição dos programas deixa uma dúvida na comunidade estudantil: até que ponto as administrações das IES estarão interessadas em apresentar editais que reproduzam as condições de subsídio do PET e do Proin? "Nós não vemos esta proposta como um programa que venha substituir o PET", afirma um dos integrantes do PET da Engenharia Civil, Lucas da Rocha. Criado em 1992, o grupo da Engenharia demonstra bem a realidade enfrentada pelos demais estudantes. Eles se chamam de "petianos" e questionam as críticas feitas pelo governo ao sistema atual.

Os defensores do programa salientam que as atividades mantidas com os poucos recursos, que vêm diminuindo desde 1997, envolvem muito mais do que os três mil alunos beneficiados diretamente. "O PET possui um efeito multiplicador que o MEC não leva em conta", reclama a colega de Lucas, Raquel Gerhardt.

Os grupos também administram uma estrutura que não se formou de uma hora para outra. Entretanto, quando o governo retirou o repasse dos recursos para a taxa acadêmica – duas bolsas que ajudavam na manutenção – vários grupos se desfizeram. Os recursos mantêm as diversas ações planejadas pelos petianos no início de cada ano. Segundo Raquel, no caso do grupo da Engenharia da Ufrgs, as atividades incluem palestras, viagens, visitas técnicas, cursos e até apoio na organização da famosa aula inaugural do curso. Além disso, um petiano não pode ser reprovado em nenhuma disciplina, o que já qualificaria o ensino da graduação por si só.

Fatos como este fazem do PET uma espécie de unanimidade desprezada dentro do sistema de ensino superior. Em todas as avaliações a que foi submetido até hoje, o programa tem recolhido análises elogiosas. Do grupo de pesquisadores do Núcleo de Pesquisas sobre Ensino Superior da Universidade de São Paulo, que o avaliou em 97, à própria Comissão de Avaliação formada pela Capes, o PET é considerado fundamental. O relatório da Capes chegou à seguinte conclusão: "O PET é um programa complexo e completo e não pode ser avaliado apenas pelo número de pessoas que atinge diretamente". Mesmo assim, está com os dias contados.

ECONOMIA

Pobreza na era do pensamento único

A importância da campanha internacional conduzida pelo ATTAC e por outros movimentos contra a "Rodada do Milênio" acaba de ser atestada por uma organização que ninguém pode chamar de esquerdista. Trata-se do Banco Mundial que divulgou em 16 de setembro, seu relatório anual para 1999. O documento procura avaliar as consequências sociais da globalização e as conclusões desmentem, com a contundência dos números, boa parte dos argumentos repetidos incansavelmente em favor da liberdade dos mercados. O período entre 1987 e 1998 corresponde ao auge do neoliberalismo. Entre estes anos, quase todos os países do mundo abriram suas fronteiras ao comércio, aos investimentos e ao mercado financeiro internacional. Resultado: a pobreza absoluta, que havia declinado sensivelmente no pós-guerra, voltou a mostrar os dentes. O número de pessoas que vivem com menos de um dólar por dia cresceu 25%, em apenas onze anos, e pulou para 1,5 bilhão de indivíduos.

O medo do novo

É preciso frisar que os dados não captam, ainda, os efeitos da crise do neoliberalismo. Até o final de 1997, os defensores do sistema garantiam que o fim do controle estatal sobre os mercados espalharia prosperidade pelo mundo. Sabe-se agora que, já então, o que aumentava era a desigualdade e a miséria. Há dois anos, turbulências financeiras na Tailândia inauguraram uma crise econômica ainda não controlada. Em países como Coreia, Indonésia, Rússia e Brasil a piora das condições de vida é evidente. Como todo pensamento totalitário, porém, o neoliberalismo não pode admitir que seus fundamentos são falsos. Por isso, só encontra saída na radicalização de suas idéias. A lógica que preside a "Rodada do Milênio" é a mesma dos alcoólatras. "Para enfrentar a crise, é preciso liberalizar ainda mais os mercados", costuma dizer Leon Brittan, comissário de Comércio Exterior da União Européia. Só o álcool cura o *delirium tremens*, pensam alguns.

Saída democrática

Há cerca de seis meses, circula em todo o mundo um abaixo-assinado que ousa raciocinar diferente. Quase mil organizações sociais já o subscreveram, em todo o mundo. No Brasil, o signatário mais conhecido é o MST. O documento pretende evitar a instalação da "Rodada do Milênio". Propõe alternativa, e lança algumas questões incômodas. Ao invés de ampliar, às pressas, a liberdade dos mercados, que tal avaliar o que ela produziu até agora? Em vez de entregar mais uma vez o futuro dos povos aos tecnocratas, por que não fazer o debate com os parlamentos – e especialmente com as sociedades? Em 1º de outubro (daqui a uma semana, portanto), um debate na Assembleia Legislativa de Minas Gerais marcará o início da campanha do ATTAC-Brasil contra a "Rodada". Um dos objetivos é multiplicar o número de adesões brasileiras ao abaixo-assinado.

Fonte: Resenha da Imprensa

Mário Maestri / Doutor em História e professor da UPF

A Literatura da Barbárie

José Henrique Grossi, vice-presidente da Câmara Brasileira do Livro, revelou recentemente que as vendas de livros de auto-ajuda saltaram dos 1,1 milhões de exemplares, em 1997, para os 2,1 milhões, em 1998. Essa impressionante expansão ocorreu apesar dos lançamentos terem caído de 551 para 527 títulos.

No Brasil, a venda de livros de auto-ajuda iniciou-se em 1987, deu um salto nos anos 90 - "com o confisco" bancário realizado por Collor de Melo - e estabilizou-se com o "plano Real". Em 1994, 107 títulos venderam 410 mil exemplares. Dois anos mais tarde, foram lançados 268 títulos e vendidos 1,4 milhões de livros. O pico de vendas ocorreu em 1998.

Para o senhor Grossi, a explosão da literatura de auto-ajuda dá-se em detrimento do consumo de "literatura tradicional" e a explicação para esse sucesso é simples: "[...] em momentos de crise, o leitor pára um pouco de sonhar, põe os pés no chão e procura as obras que vão ensiná-lo a melhorar sua vida".

Se é discutível que essas obras resolvem as dificuldades dos leitores, é indiscutível que solucionam as do senhor Grossi, diretor de marketing da Editora Best Seller. Atualmente, 50% dos lançamentos dessa casa editorial são de auto-ajuda, 30% de administrativos e 20% de romances femininos.

"Atualmente, 50% dos lançamentos da Editora Best Seller são de auto-ajuda"

A literatura de auto-ajuda não constitui sucesso conjuntural nascido da crise que vivemos, ainda que ela contribua poderosamente para a sua expansão. Os USA são o centro mundial de produção e consumo da auto-ajuda, apesar de conhecerem um real processo de estabilidade nos últimos vinte anos.

Esse tipo de literatura constitui lídima expressão cultural de massa da sociedade capitalista. Ela reflete e exprime sentimentos e conteúdos ideológicos essenciais dessa organização social, sobretudo em sua fase senil.

Em "*Literatura de auto-ajuda e individualismo*", Francisco Rüdiger lembra que o pai da auto-ajuda foi o publicista vitoriano Samuel Smiles, que deu o pontapé de partida nessa literatura ao publicar conferências, de 1859, a um grupo de operários ingleses "reunido para aprender a ler e a escrever e ensinar-se mutuamente".

No clássico "*Ajuda-te*" e em outras obras, Smiles defendia que "a felicidade e o bem-estar individuais [...] dependem [...] necessariamente de nós, da cultura diligente e da disciplina de si mesmo". Sua apologia da inevitável recompensa do esforço pessoal propunha comportamentos individualistas alternativos ao forte associativismo operário inglês da época.

Essa literatura teve como público-alvo original a moderna classe operária e, mais tarde, quadros administrativos e profissionais médios treinados na interpretação de folhetos técnicos. A confiança depositada nos processos científico-tecnológicos transferiu-se aos manuais de auto-ajuda, num complexo imbricamento do pensamento racional e irracional.

Nas décadas seguintes, a auto-ajuda desenvolveu-se, sobretudo nos USA, devido à dependência político-ideológica das classes médias e trabalhadoras às elites



proprietárias. Na Inglaterra, França, Alemanha, etc. a tradição autônômica operária minimizou a penetração dessa ideologia individualista.

A consagração da auto-ajuda nos USA deveu-se também à quase ininterrupta expansão da produção capitalista, que premiava indivíduos que se submetiam aos modelos de comportamento do liberalismo industrial. Para percepções superficiais, esse sucesso comprovava a eficácia da submissão aos ditames da auto-ajuda.

O sucesso da auto-ajuda jamais dependeu do apoio das instituições interessadas na divulgação dos conteúdos por ela veiculados - Estado, escola, igreja, etc. Essencialmente, esse sucesso foi e é garantido pela crescente determinação do ser social pela sociedade capitalista de consumo.

"O sucesso da auto-ajuda jamais dependeu do apoio das instituições interessadas na divulgação dos conteúdos por ela veiculados"

Em 1922, após a derrota do governo soviético húngaro, no qual participou como Comissário da Cultura, Jorge Lukács publicou o livro "*História e consciência de classes*" que o consagrou, aos 37 anos, como um dos maiores pensadores do século 20.

Talvez devido a sua importância, "*História e consciência de classes*" jamais foi editado no Brasil. Por esse motivo, os brasileiros, que não lêem uma segunda língua de cultura, escaparam desse constrangimento lingüístico apenas devido à propalada incultura dos nossos primos lusitanos. Certamente, em razão de seus milhões de leitores, Portugal conta, desde 1974, com uma tradução do livro editada pela Publicações Escorpião.

"*História e consciência de classes*" discute o processo de alienação sob a ordem capitalista. Propõe que a extensão incessante da produção capitalista determina um crescente sentimento de liberdade e potência aparente, enquanto envolve os homens em laços que regulam imperceptivelmente suas formas de agir e pensar.

Lukács lembra que o capitalismo uniformiza as habilidades individuais, metamorfoseando-as em força de trabalho não-específica, capaz de ser vendida no mercado. O indivíduo torna-se minúscula peça de uma máquina da qual ignora o funcionamento. Defrontando-se ao mundo social como mercadoria, compreende as trocas sociais como relações entre meras mercadorias.

Isolado, alienado, reificado, incapaz de compreender a totalidade social em que se vive imerso, piamente crente na impossibilidade de agir sobre ela, mergulha no mar tenebroso das aparências. Aceita a magia, o individualismo, a irracionalidade como formas de agir sobre uma realidade que percebe como mágica, individualista e irracional.

Incessantemente, a auto-ajuda reafirma as concepções alienadas da ordem capitalista. No essencial, baseia-se na proposta da solução dos problemas pessoais e sociais através da galvanização semimágica de forças interiores comuns a todos os homens. Propõe que o indivíduo submeta-se aos sentimentos de potência e isolamento propiciados por sua atomização. Que viva plenamente a lenda liberal da potência infinita das capacidades individuais.

A "literatura tradicional" permite ao indivíduo viver, identificando-se com os personagens e situações narradas, experiências ricas, diversas e complexas, ampliando seu capital de sentimentos e sua capacidade de interpretação das realidades sociais e individuais objetivas.

"Incessantemente, a auto-ajuda reafirma as concepções alienadas da ordem capitalista"

Ao contrário do que afirma o senhor Grossi, aqueles que desertam a literatura ficcional em prosa pela narrativa de auto-ajuda, abandonam o caminho do enriquecimento cultural e o dimensionamento de suas inquietações e embocam na miserável trilha das experiências culturais analgésicas, fantasmagóricas e dissocializadoras.

(E-mail: maestri@pro.via-rs.com)



"De olhos bem fechados" De quem?

Um filme sobre fantasia, sexo, desejo, medo, morte. Um filme de Stanley Kubrick, um filme calçado em um belo romance. Um grande diretor, dois atores muito abaixo do razoável. Muito foi dito sobre o último filme deste gênio do cinema americano. Filme diferente de todos os anteriores do diretor, mas com sua marca inconfundível. A tensão e o medo do personagem masculino em algumas cenas nos transportam para os melhores momentos de "Laranja Mecânica" ou de "O Iluminado".

Mas este filme, calçado em um romance da preferência de Freud e lido por um diretor americano, trata todos os temas e mais um: as formas de viver a sexualidade nas diferentes perspectivas de uma mulher e um homem. Mais do que qualquer outra situação, a primeira e mais forte é de que estamos diante de uma mulher e de um homem que, colocados como um casal típico da alta classe média de New York, transbordam em muito os limites de seu mundo, para revelarem padrões constantes das relações dos homens e das mulheres com suas vidas, suas fantasias, seus desejos. No filme temos uma mulher sem profissão (em algum momento, diz que havia trabalhado em uma galeria de arte, mas não fica claro se é verdade ou se está fantasiando), uma mulher que perde o controle (fica facilmente bêbada em uma festa que, aparentemente, é muito formal). Uma mulher que novamente parece perder o controle fumando maconha (pelo menos na visão do marido).

O marido, é um médico, bem sucedido, que em todos os momentos do filme assim aparece: na festa, atende uma jovem drogada; em casa, apesar de dividir a maconha (normalizada no filme como um ato cotidiano de adultos de classe média americana) não perde o sentido da crítica; busca uma prostituta, mas no dia seguinte, quando bate a porta outra vez, a amiga pergunta se ele é o médico delicado que havia estado na casa na noite anterior. À tão séria figura, com tal respeitabilidade, a prostituta decide revelar que a amiga é HIV positivo, para protegê-lo.

É a mulher, que também é mãe dedicada (ensina à filha as primeiras lições) que se permite a fantasia da transgressão sexual, o desejo pelo desconhecido. Permite-se

falar, fantasiar e contar (excitar?) para o marido. Sua fantasia fala de um desejo real, concreto por um homem que havia estado com eles dois, anonimamente, em um hotel de fim de semana. Um marinheiro - o ser viajante, o ser sempre de passagem. É esta mesma mulher que depois sonha que está em uma orgia sexual e para o espanto do sempre marido gargalha durante o sono. E dela todas as iniciativas e dela a re-colocação da relação dos dois, no final do filme.



Ele, na verdade, reage a fantasia dela. A fantasia do homem é vivida como ciúmes e não como prazer. As sucessivas cenas que fantasia não transmitem nenhum prazer (o prazer da gargalhada do sonho) mas sofrimento. A mulher de sua fantasia é a sua própria mulher, o homem é também o homem da fantasia da mulher. Trata-se da fantasia da fantasia do outro. A sua reação é a busca do prazer em uma orgia com rituais

pesados e de fundo claramente religioso, ou com uma prostituta qualquer. Não é a busca do prazer, mas é a busca da mulher que ele perde na fantasia (ou seria apenas a busca do prazer da mulher?). As investidas do homem são sempre acompanhadas pelo medo (da morte) ou pela culpa (da traição).

A transgressão nunca acontece, o médico, o profissional bem sucedido está sempre presente, até quando, movido pela culpa vai a um hospital e depois a um necrotério se certificar se realmente alguém tinha morrido em seu lugar. O ensaio de necrofilia é prudentemente reprimido. A transgressão só acontece com a máscara. Só a máscara libera o homem, na orgia ritualística, que tem mais de ritual do que de orgia, na descoberta da mulher que dorme com a máscara ao lado. (a máscara é a fantasia, a possibilidade da satisfação do desejo do homem).

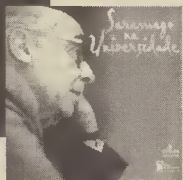
A mulher mãe, puta, bêbada, sem rumo; fantasia, percorre todos estes lugares sem limites entre um e outro, consegue viver a vida com os múltiplos sentidos, até chegar ao marido. O homem rígido não se permite transgredir, é apenas um voyeur da fantasia da mulher, das orgias dos outros, Transita de peça em peça por uma interminável casa, de cena em cena sem jamais se envolver, sem tocar, nem ser tocado. Talvez só tenha sido tocado pela morte, na figura de uma exuberante mulher.

É ela, a mulher, a sua mulher, que o obriga a buscar novos ângulos. O rompimento do voyeurismo se dá pela descoberta da máscara que ele não devolve à casa de roupas de aluguel: a máscara perde-se em sua própria casa.

A descoberta da máscara para ele é vivida como o fim. O esquecimento é a busca da punição. A expiação da culpa, a confissão da traição. O choro convulsivo é o medo da revelação. O não poder ser mais o pai, o esposo, o médico. É perder a fixidade a partir da qual, vive, fala e até mesmo fantasia a fantasia do outro.

Para a mulher é o início. Quando no último momento do filme, ele pergunta o que vai ser deles depois das revelações, sua resposta é a síntese da possibilidade otimista do último filme de um diretor genial: "to fuck". E isto é tudo o que não havia acontecido durante toda a vida daqueles dois.

ORELHA



Saramago na Universidade

Org. Tania Franco Carvalhal
Registro da cerimônia de outorga do título de Doutor Honoris Causa ao escritor português José Saramago, realizada em 26 de abril de 1999 no Salão de Atos da Ufrgs. Contém os discursos do escritor. Apresentação da reitora Wlana Panizzi. Editora da Universidade. 58p.

HEMEROTECA

Jornais Diários
Zero Hora
Correio do Povo
Folha de S. Paulo



Do mar ao deserto: a evolução do Rio Grande do Sul no tempo geológico

Michael Holz

Obra de divulgação da geologia como ciência viva, dinâmica, direta e presente no cotidiano. Editora da Universidade. 142p. R\$13,00

A construção social de uma nova agricultura

Jalcione Almeida

Trata das múltiplas facetas de um grande movimento de contestação na agricultura no sul do Brasil e de sua capacidade real e potencial de transformar o social. Editora da Universidade. 215p. R\$20,00.

WWW

Ciência

www.abc.org.br/
Site da Academia Brasileira de Ciência

Pesquisas sobre países

www.city.net/countries
Todos os países e territórios do mundo

AD NAUSEAM

QUEDA DE POPULARIDADE...



Lojas amplas, tudo que você procura, ar-condicionado, estacionamento, promoções. Estas facilidades são argumentos tentadores para que as grandes cidades aceitem de bom grado a entrada das maiores redes de supermercados do mundo. Portugueses, franceses, espanhóis e americanos estão chegando ao Brasil comprando as redes já instaladas. Do dia para a noite, passaram a controlar as duas pontas do processo comercial: preço final e negociação com fornecedores. No início da década, uma pesquisa mostrou que 22 grupos industriais forneciam 70% do faturamento do setor. Com a queda-de-braço travada entre gigantes, os pequenos estão em desvantagem. Nesta entrevista, o coordenador da pós-graduação em Desenvolvimento Rural da Faculdade de Economia da Ufrgs, Carlos Mielitz, autor da pesquisa Concentração do Comércio Varejista em Porto Alegre, revela uma face pouco comentada dessa concentração: como os hipermercados podem prejudicar a economia e a vida das cidades.

Terra de Gigantes



Mielitz: Poder público não regula aquisições de supermercados

ADverso - Qual é o estágio da concentração mundial no setor de supermercados e qual é o reflexo no Brasil?

Carlos Mielitz - Essa concentração está ocorrendo em todas as áreas e também no setor varejista não só no Brasil como em outros países. No Rio Grande do Sul, as grandes redes europeias e norte-americanas estão entrando via compra de redes já instaladas. Aqui encontram hipermercados funcionando que ocupam os melhores espaços. Com essa taxa de câmbio, está muito fácil comprar no Brasil. Mercados importantes, como Belo Horizonte, Curitiba, São Paulo e Rio de Janeiro já foram comprados.

Adverso - É o caso da rede portuguesa Sonae?

Mielitz - Em menos de três anos, ela já representa 75% do faturamento do setor de supermercados no Rio Grande do Sul. Tomou conta de três redes, tornando-se a maior rede do estado, com mais de 140 lojas. A Sonae está também no Paraná e Santa Catarina. Em São Paulo e Rio existem também grandes redes portuguesas, espanholas e francesas, como o Carrefour, ou de origem nacional, como o Pão de Açúcar. Essa concentração é feita a partir de pequenas ou médias redes. Compra-se uma rede de 10 lojas e outra de 20 lojas e assim vai. É diferente de comprar um Pão de Açúcar que tem mais de 100 lojas.

Adverso - Onde está a diferenciação destas grandes redes em relação aos pequenos?

Mielitz - O problema na concentração de supermercados é que isso dá um poder de formação de preços nas duas pontas. Tu passas a não ter concorrência em nível local. Por exemplo, em Porto Alegre, a rede Zaffari detém 70% do faturamento. Isso dá um poder absurdo de controle dos preços finais. Por outro lado, também dificulta a relação com pequenos fornecedores. Houve recentemente

uma denúncia no Paraná de pequenos fornecedores contra a Sonae. Os portugueses estariam exigindo uma redução na tabela de preços entre 25% a 35%. Se vendessem por esse preço, os pequenos diziam que quebrariam. Se não aceitassem, não teriam para quem vender seus produtos.

Adverso - A tendência é que os pequenos fornecedores saiam do mercado e a relação se dê de grande para grande?

Mielitz - Os pequenos, que não têm capital de giro, acabam ficando de fora. Não só na questão de preço. Estes grupos acabam exigindo outras condições como prazo e entrega. Muitos supermercados estão começando a exigir que os trabalhadores que ficam dentro das lojas sejam contratados pelos fornecedores. Os funcionários passam a ser da Nestlé, da Sadia, por exemplo, não mais dos supermercados. As redes estão cobrando para colocar o fornecedor em pontos estratégicos nas lojas. As redes passam a exigir, por exemplo, uma cota mínima de um produto para distribuir gratuitamente em uma promoção. Uma empresa pode ter que dar, por exemplo, R\$ 60 mil em produtos. Uma empresa pequena não tem condições de fazer isso.

Adverso - Como estancar este processo?

Mielitz - Observando as alternativas que o poder público do resto do mundo está desenvolvendo, não só em relação a supermercados mas também a shopping centers, existe toda uma legislação e iniciativas, principalmente na Europa, de se estabelecer limites para essa expansão. Por várias razões, desde a concentração do poder econômico até razões urbanísticas que alteram a sociabilidade da cidade. Na França, por exemplo, é proibida a instalação de supermercados no perímetro da cidade de Paris porque eles entendem que os pequenos estabelecimentos comerciais são importantes

para a sociabilidade das pessoas.

Adverso - A concentração já pode ser medida em índices de fechamento de empresas?

Mielitz - Ouvi depoimentos de varejistas dizendo que já ocorre o fechamento de pequenos estabelecimentos e o enfraquecimento de outros. Quer dizer, resta para o pequeno estabelecimento aquela compra ocasional, no horário em que não concorre com os supermercados, ou para pequenas compras que não fazem com que uma pessoa entre num grande estabelecimento. Alguns países possuem leis que obrigam uma certa distância entre supermercados e shoppings que é para permitir que entre eles se crie essa rede de pequenos estabelecimentos. Em uma região como na Avenida Assis Brasil (zona Norte de Porto Alegre), onde em um espaço de sete quilômetros existem oito supermercados, a possibilidade de um pequeno estabelecimento sobreviver é muito pequena.

Adverso - Como os pequenos comerciantes estão se contrapondo a essa tendência?

Mielitz - Sugere-se hoje a formação de centrais de aquisição de pequenos estabelecimentos, mas isso ainda é muito incipiente. Os pequenos comerciantes estão ainda muito preocupados em resolver os problemas isoladamente. Para os pequenos comerciantes a saída é a busca de nichos e de diferenciação de produtos e serviços. É a relação da freguesia antiga, de ter o caderno, levar em casa, saber que fulano prefere tal tipo de corte na carne. Por parte do setor público a saída é a regulação.

Adverso - O Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) não pode atuar para impedir esse processo de concentração?

Mielitz - Sim, pode. Mas o Cade só atua quando as fusões envolverem cifras a partir de R\$ 400 milhões, como ocorreu

na fusão da Brahma e da Antarctica. Até este valor, só por motivo de denúncia ou reclamações e isso ainda não tem ocorrido.

Adverso - Tecnicamente, essa concentração pode ser considerada monopólio?

Mielitz - Dizem que no Brasil essa concentração é menor do que no resto do mundo. No Brasil, as cinco principais teriam 45% do faturamento. Aí, dizem que na França chega a 70%. O problema não é tanto o monopólio nacional mas o monopólio local. Se numa cidade há uma rede que detém 60% do faturamento, o ingresso de uma nova rede é dificultado. Nada impede que uma rede estrangeira entre em Porto Alegre, só que os principais pontos já foram utilizados. Todo mundo sabe que as grandes áreas da Zona Sul e Zona Norte pertencem aos supermercados. Mas como não se configura uma proibição para a chegada de alguém, dificulta até para a ação do Cade. Do ponto de vista legal, nada impede o Pão de Açúcar de colocar uma loja em Porto Alegre.

Adverso - Existe um estudo sobre os efeitos dessa concentração?

Mielitz - Não. Porto Alegre poderá fazer isso. A Prefeitura estudou como era antes da instalação do Carrefour. Daqui a quatro ou cinco anos poderá ir lá e verificar o que aconteceu. Certamente terá um impacto. O cliente pode avaliar que no início tem vantagens porque tem ar condicionado, segurança, estacionamento mas, a longo prazo, as coisas podem se modificar-se. Estudos norte-americanos demonstram que a concentração em redes de supermercados provocou a elevação de preços em média de 4% a 8% num prazo de dez anos. Aumento de preços reais. Para a economia dos EUA, 8% em dólar real é um crescimento importante. *